

1941 ANCPF

SEI  
**INDIOS**  
**E a**  
**CPI já está**  
**trabalhando**

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias do jornal **O Estado de S. Paulo** sobre a conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional na região amazônica foi instalada ontem e convocou o diretor-responsável do jornal, Júlio de Mesquita Neto, a prestar depoimento na próxima reunião da CPI, dia 10 deste mês.

Os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Ricardo Fiúza (PFL-PE) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da CPI. O senador Ronan Tito (PMDB-MG) foi indicado por Cardoso Alves, após consulta ao plenário, para relator da comissão.

A convocação de Júlio de Mesquita Neto foi proposta por Cardoso Alves. E o senador Severo Gomes (PMDB-SP) sugeriu a tomada de depoimento também dos presidente da CNBB e do Cimi, de um representante do Conselho Mundial de Igrejas e de Mauro Nogueira, que, segundo o senador, "deu lastro às denúncias" do jornal. Um representante do Conselho de Segurança Nacional também deverá ser ouvido no decorrer dos trabalhos da CPI.

Por sugestão do deputado Lisâneas Maciel (PDT-RJ) todos os membros da Comissão deverão visitar entre os dias 11 e 12 próximos a região habitada pelos índios Yanomamis, que segundo o pedetista estão sendo dizimados por doenças. As conclusões da CPI deverão ser apresentadas em 180 dias.

E o presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, advogado da CNBB e do Cimi, vai definir até a próxima quarta-feira as medidas a serem adotadas pelas duas entidades contra o jornal **O Estado** pelas denúncias feitas. Até ontem, o advogado não sabia se vai utilizar a Lei de Imprensa para obter o direito de resposta.

Em reunião com o secretário executivo do Cimi, Antônio Brandt, e o consultor jurídico da entidade, Júlio Geiger, Thomaz Bastos recebeu documentos que prometeu analisar neste final de semana para decidir que caminho jurídico adotar. Ontem, o advogado viajou para São Paulo onde manterá entendimentos com colegas seus que tratam do assunto. Thomaz Bastos está analisando a possibilidade de estabelecer a falsidade dos documentos citados pelo jornal.

**A** força psicológica do socialismo, desde o seu início, encontra sua explicação na sua aparência messiânica. O socialismo não é apenas um sistema de produção, a partir da definição da propriedade estatal dos meios de produção. É, na verdade, uma crença, uma religião terrena, com um conjunto de dogmas humanos. E como costuma ocorrer com tudo que tem origem no homem — na inteligência humana — e que não se resume na enunciação das leis da criação, a crença humana do socialismo subdivide-se em numerosas seitas, mais radicais ou menos, com nuances maiores ou menores. É o que acontece hoje até com a seita mais compacta do socialismo, que é o comunismo. Os neocomunistas estão tentando escapar da camisa de força do sistema fechado por eles gerado nos países onde foi implantado, à custa da força, pela eliminação física dos adversários e através de muita repressão permanente.

O socialismo parte de um diagnóstico real: a constatação das distorções do egoísmo, considerando-as não como um desvio da natureza humana, mas como se fosse a própria natureza do homem, forjada pelo sistema privado de produção. Para a "religião" socialista, o homem será, por natureza, o que for o sistema de produção vigente. Assim, o egoísmo, a dominação e todos os males terrenos advêm do fato de os meios de produção ficarem em mãos privadas. Como alternativa nunca os socialistas pensaram na democratização do acesso de todos à propriedade dos meios de produção, por entenderem que isso poderia representar a consolidação de uma natureza humana adversa ao social. O que dá, portanto, caráter definitivo ao socialismo é a propriedade social, ou seja, a propriedade estatal dos meios de produção, que a geraria em nome de todos, do povo inteiro, que seria coletivamente proprietário de tudo que pertenceria ao Estado. Só que os cidadãos continuam, nesse sistema imaginado pelos socialistas, a ter de pagar por tudo que consomem, segundo o salário que lhe paga o Estado, sem ter nenhuma participação nos eventuais lucros e sem dispor de qualquer outra forma